

Esta Listagem não serve como Comprovativo

Rosto	
01 Período de tributação	
1 De	2018/04/01 a 2018/12/31
Período	
2	
02 Área da sede, direção efetiva ou estabelecimento estável	
Código do Serviço de Finanças	
0485	
03 Identificação e Caracterização do Sujeito Passivo	
Designação	
1	2 N.º de Identificação Fiscal (NIF)
502525410	
3 Tipo de sujeito passivo	
1	<input type="checkbox"/> Residente que exerce, a título principal, atividade comercial, industrial ou agrícola
2	<input type="checkbox"/> Residente que não exerce, a título principal, atividade comercial, industrial ou agrícola
3	<input type="checkbox"/> Não residente com estabelecimento estável
4	<input type="checkbox"/> Não residente sem estabelecimento estável
3-A Qualificação da empresa nos termos do Anexo ao Decreto-Lei N.º 372/2007, de 6 de Novembro	
Se assinalou os campos 1 ou 3 do Quadro 03 - 3, indique como se qualifica nos termos previstos no Anexo ao Decreto-Lei n.º 372/2007, de 06 de novembro	
3	<input type="checkbox"/> Micro empresa
4	<input checked="" type="checkbox"/> Pequena empresa
1	<input type="checkbox"/> Média empresa
2	<input type="checkbox"/> Não PME
3-B Organismos de investimento coletivo	
Indique se se trata de um Organismo de Investimento Coletivo tributado nos termos do artigo 22.º do EBF	
1	<input type="checkbox"/>
3-C Imputação de rendimentos (Art.º 5.º, n.º 9)	
É considerado um estabelecimento estável para efeitos da imputação prevista no n.º 9 do artigo 5.º?	
Sim	
1	
4 Regimes de tributação dos rendimentos	
1	<input type="checkbox"/> Geral
3	<input type="checkbox"/> Isenção definitiva
4	<input type="checkbox"/> Isenção temporária
5	<input checked="" type="checkbox"/> Redução de taxa
6	<input type="checkbox"/> Simplificado
7	<input type="checkbox"/> Transparência fiscal
8	<input type="checkbox"/> Grupos de sociedades
NIF da sociedade dominante / Responsável (art.º 69.º-A, n.ºs 3 e 4)	
9	
10	<input type="checkbox"/> Pretende exercer a opção pelas taxas do art.º 87.º, n.º 1? (art.º 91.º, n.º 2 da Lei n.º 3 - B/2010, de 28 de abril)
11	<input type="checkbox"/> Ocorreu alguma das situações referidas no ex-art.º 87.º, n.º 7 ?
12	<input type="checkbox"/> Artigo 36.º-A do EBF
4-A Transferência de residência/cessação da atividade de estabelecimento estável/afetação de elementos patrimoniais (art.ºs 83.º, 84.º e 54.º-A, n.º 11)	
Se no período de tributação ocorreu transferência de residência, afetação de elementos patrimoniais e estabelecimento estável situado fora do território português, cessação da atividade ou transferência de elementos patrimoniais de estabelecimento estável situado em território português, indique o local de destino	
1	<input type="checkbox"/> Países da UE/EEE
2	<input type="checkbox"/> Outros
04 Características da declaração	
1 Tipo de declaração	
1	<input checked="" type="radio"/> 1.ª Declaração do período
2	<input type="radio"/> Declaração de substituição (art.º 122.º, n.ºs 1 e 2)
3	<input type="radio"/> Declaração de substituição (art.º 64.º, n.º 4)
4	<input type="radio"/> Declaração de substituição (art.º 120.º, n.ºs 8 e 9)
5	<input type="radio"/> Declaração de substituição (art.º 64.º, nº 4) fora do prazo legal
6	<input type="radio"/> Declaração de substituição (art.º 122.º, n.º 3)

2/11

	259	€	
Ajustamentos de valores de ativos não dedutíveis ou para além dos limites legais (arts.º 34.º, 35.º e 36.º)	270	€	
Impostos diferidos	271	€	
Mais-valias fiscais sem intenção de reinvestimento (art.º 43.º)	216	€	
Mais-valias fiscais com intenção expressa de reinvestimento (art.º 45.º)	274	€	
Acréscimos por não reinvestimento (art.º 45.º, n.º 6.º)	275	€	
Mais-valias fiscais - regime transitório [art.º 7, n.º 7, alínea b) da Lei n.º 30-G/2000, de 29 de dezembro e art.º 32.º, n.º 8 da Lei n.º 109-B/2001, de 27 de dezembro]	276	€	
	225	€	
SOMA (campos 204 a 225)	226	€	0,00
A DEDUZIR			
Prejuízo fiscal imputado por ACE ou AEIE (art.º 6.º)	227	€	
Redução de provisões tributadas	228	€	
Mais-valias contabilísticas	229	€	
Menos-valias fiscais (art.º 43.º)	230	€	
Restituição de impostos não dedutíveis e excesso da estimativa para impostos	231	€	
Rendimentos nos termos do artigo 46.º	232	€	
Atualização de encargos de explorações silvícolas (art.º 18.º, n.º 6.º)	233	€	
Benefícios fiscais	234	€	
Anulação do efeito do método da equivalência patrimonial (art.º 18.º, n.º7)	235	€	
40% das realizações de utilidade social (art.º 40.º, n.º9)	236	€	
Reversões de ajustamentos de valores de ativos tributados	272	€	
Impostos diferidos	273	€	
	237	€	
SOMA (campos 227 a 237)	238	€	0,00
PREJUÍZO PARA EFEITOS FISCAIS (Se 238 > 226) (A transportar para os Campos 301, 312 e/ou 323 do Quadro 09)	239	€	0,00
LUCRO TRIBUTÁVEL (Se 226 >= 238) (A transportar para os Campos 302, 313, e/ou 324 do Quadro 09)	240	€	

07 (Período 2010 e posteriores)	Apuramento do lucro tributável		
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO			
	701	€	-29.460,62
Variações patrimoniais positivas não refletidas no resultado líquido do período (art.º 21.º) e quota-parte do subsídio respeitante a ativos não correntes, não depreciables/não amortizáveis [art.º 22.º n.º 1, al. b) a al. d)]	702	€	
Variações patrimoniais positivas (regime transitório previsto no art.º 5.º, n.ºs 1, 5 e 6 do DL n.º 159/2009, de 13/7)	703	€	
Variações patrimoniais negativas não refletidas no resultado líquido do período (art.º 24.º)	704	€	
Variações patrimoniais negativas (regime transitório previsto no art.º 5.º, n.ºs 1, 5 e 6 do DL n.º 159/2009, de 13/7)	705	€	
Alteração do regime fiscal dos contratos de construção (correções positivas)	706	€	
Alteração do regime fiscal dos contratos de construção (correções negativas)	707	€	
SOMA (campos 701 + 702 + 703 - 704 - 705 + 706 - 707)	708	€	-29.460,62
A ACRESCER			
Matéria coletável / lucro tributável imputado por sociedades transparentes, ACE ou AEIE (art.º 6.º)	709	€	
Correções relativas a períodos de tributação anteriores (art.º 18.º, n.º 2)	710	€	
Vendas e prestações de serviços com pagamento diferido: diferença entre a quantia nominal da contraprestação e o justo valor (art.º 18.º, n.º 5)	711	€	
Gastos referentes a inventários e a fornecimentos e serviços externos com pagamento diferido: gastos de juros (art.º 18.º, n.º 5)	782	€	
Anulação dos efeitos do método da equivalência patrimonial e do método de consolidação proporcional no caso de empreendimentos conjuntos que sejam sujeitos passivos de IRC (art.º 18.º, n.º 8)	712	€	60.418,66
Ajustamentos não dedutíveis decorrentes da aplicação do justo valor (art.º 18.º, n.º 9)	713	€	
Pagamentos com base em ações (art.º 18.º, n.º11)	714	€	
Gastos de benefícios de cessação de emprego, benefícios de reforma e outros benefícios pós emprego ou a longo prazo dos empregados (art.º 18.º, n.º12)	715	€	
Gastos suportados com a transmissão onerosa de partes de capital (ex-art.º 23.º, n.ºs 3, 4 e 1.ª parte do n.º5)	717	€	
Provisões não dedutíveis ou para além dos limites legais (art.ºs 19.º, n.º 4 e 39.º) e perdas por imparidade fiscalmente não dedutíveis de ativos financeiros	721	€	500,00
IRC, incluindo as tributações autónomas, e outros impostos que direta ou indiretamente incidam sobre os lucros [art.º 23.º -A, n.º 1, al. a)]	724	€	1.301,62
Impostos diferidos [art.º 23.º -A, n.º 1, al. a)]	725	€	
Despesas não documentadas [art.º 23.º -A, n.º1, al. b)]	716	€	10,00
Encargos não devidamente documentados [art.º 23.º -A, n.º 1, al. c)]	731	€	13,40
Encargos evidenciados em documentos emitidos por sujeitos passivos com NIF inexistente ou inválido ou por sujeitos passivos cessados oficiosamente [art.º 23.º -A, n.º 1, al. c)]	726	€	
Despesas ilícitas [art.º 23.º -A, n.º1, al. d)]	783	€	
Multas, coimas e demais encargos, incluindo juros compensatórios e moratórios, pela prática de infrações [art.º 23.º -A, n.º 1, al. e)]	728	€	1.100,99
Impostos, taxas e outros tributos que incidam sobre terceiros que o sujeito passivo não esteja legalmente obrigado a suportar [art.º 23.º -A, n.º1, al. f)]	727	€	
Indemnizações por eventos seguráveis [art.º 23.º -A, n.º 1, al. g)]	729	€	
Ajudas de custo e encargos com compensação pela deslocação em viatura própria do trabalhador [art.º 23.º -A, n.º 1, al. h)]	730	€	109,53
Encargos com o aluguer de viaturas sem condutor [art.º 23.º -A, n.º 1, al. i)]	732	€	

Encargos com combustíveis [art.º 23.º -A, n.º 1, al. j)]	733	€	
Encargos relativos a barcos de recreio e aeronaves de passageiros [art.º 23.º -A, n.º 1, al. k)]	784	€	
Juros e outras formas de remuneração de suprimentos e empréstimos feitos pelos sócios à sociedade [art.º 23.º -A, n.º 1, al. m)]	734	€	
Gastos não dedutíveis relativos à participação nos lucros por membros dos órgãos sociais [art.º 23.º -A, n.º 1, al. o)]	735	€	
Contribuição sobre o setor bancário [art.º 23.º -A, n.º 1, al. p)]	780	€	
Contribuição extraordinária sobre o setor energético [art.º 23.º -A, n.º 1, al. q)]	785	€	
Importâncias pagas ou devidas a entidades não residentes sujeitas a um regime fiscal privilegiado [art.º 23.º -A, n.º 1, al. r) e n.º 7]	746	€	
50% de outras perdas relativas a partes de capital ou outras componentes do capital próprio (ex-art.º 45.º, n.º 3, parte final)	737	€	
Outras perdas relativas a instrumentos de capital próprio e gastos suportados com a transmissão onerosa de instrumentos de capital próprio de entidades não residentes sujeitas a um regime fiscal privilegiado (art.º 23.º -A, n.ºs 2 e 3)	786	€	
Perdas por imparidade em inventários para além dos limites legais (art.º 28.º) e em créditos não fiscalmente dedutíveis ou para além dos limites legais (art.ºs 28.º -A a 28.º -C)	718	€	4.682,48
Perdas por imparidade de ativos não correntes (art.º 31 -B) e depreciações e amortizações (art.º 34.º, n.º1), não aceites como gastos	719	€	6.759,80
40% do aumento das depreciações dos ativos fixos tangíveis em resultado de reavaliação fiscal (art.º 15.º, n.º 2 do DR 25/2009, de 14/9)	720	€	215,03
Créditos incobráveis não aceites como gastos (art.º 41.º)	722	€	
Realizações de utilidade social não dedutíveis (art.º 43.º)	723	€	
Menos-valias contabilísticas	736	€	
Mais-valia fiscal resultante de mudanças no modelo de valorização [art.º 46.º, n.º 5, al. b)]	738	€	
Diferença positiva entre as mais-valias e as menos-valias fiscais sem intenção de reinvestimento (art.º 46.º)	739	€	1.606,01
50% da diferença positiva entre as mais-valias e as menos-valias fiscais com intenção expressa de reinvestimento (art.º 48.º, n.º 1)	740	€	
Acréscimos por não reinvestimento ou pela não manutenção dos ativos na titularidade do adquirente (art.º 48.º, n.º 6)	741	€	
Mais-valias fiscais-regime transitório [art.º 7.º, n.º 7, al. b) da Lei n.º 30-G/2000, de 29/12 e art.º 32.º, n.º 8 da Lei n.º 109-B/2001, de 27/12]	742	€	
Correções relativas a instrumentos financeiros derivados (art.º 49.º)	743	€	
Prejuízos de estabelecimentos estáveis situados fora do território português (art.º 54.º -A)	787	€	
Correções relativas a preços de transferência (art.º 63.º, n.º 8)	744	€	
Diferença positiva entre o valor patrimonial tributário definitivo do imóvel e o valor constante do contrato [art.º 64.º, n.º 3, al. a)]	745	€	
Imputação de rendimentos de entidades não residentes sujeitas a um regime fiscal privilegiado (art.º 66.º)	747	€	
Limitação à dedutibilidade de gastos de financiamento líquidos (art.º 67.º)	748	€	
Correções nos casos de crédito de imposto por dupla tributação jurídica internacional (art.º 68.º, n.º 1)	749	€	
Correções nos casos de crédito de imposto por dupla tributação económica internacional (art.º 68.º, n.º 3)	788	€	
Correções resultantes da opção pelo regime especial aplicável às fusões, cisões, entradas de ativos e permutas de partes sociais (art.ºs 74.º, 76.º e 77.º)	750	€	
Transferência de residência, afetação de elementos patrimoniais a estabelecimento estável situado fora do território português, cessação de atividade ou transferência de elementos patrimoniais de estabelecimento estável situado em território português: saldo positivo referente aos elementos patrimoniais transferidos para outro Estado membro da UE ou do EEE ou afetos a estabelecimento estável aí situado (art.ºs 83.º, 84.º e 54.º -A, n.º 11)	789	€	
Transferência de residência, afetação de elementos patrimoniais a estabelecimento estável situado fora do território português, cessação de atividade ou transferência de elementos patrimoniais de estabelecimento estável situado em território português: saldo positivo referente aos elementos patrimoniais transferidos para países fora da UE ou do EEE ou afetos a estabelecimento estável aí situado (art.ºs 83.º, 84.º e 54.º -A, n.º 11)	790	€	
Donativos não previstos ou além dos limites legais (art.ºs 62.º, 62.º-A e 62.º-B do EBF)	751	€	
Encargos financeiros não dedutíveis (ex-art.º 32.º, n.º2 do EBF)	779	€	
Adicional ao Imposto Municipal sobre imóveis (art.º 135.º-J do Código do IMI)	797	€	
Outros acréscimos	752	€	
SOMA (campos 708 a 752)	753	€	47.256,90
A DEDUZIR			
Despesas ou encargos de projeção económica plurianual contabilizados como gasto na vigência do POC e ainda não aceites fiscalmente [art.º 22.º, al. f) do DR 25/2009, de 14/9]	754	€	
Prejuízo fiscal imputado por ACE ou AEIE (art.º 6.º)	755	€	
Correções relativas a períodos de tributação anteriores (art.º 18, n.º 2)	756	€	
Vendas e prestações de serviços com pagamento diferido: réditto de juros (art.º 18.º, n.º 5)	757	€	
Gastos referentes a inventários e a fornecimentos e serviços externos com pagamento diferido: diferença entre a quantia nominal da contraprestação e o justo valor (art.º 18.º, n.º 5)	791	€	
Anulação dos efeitos do método da equivalência patrimonial e do método de consolidação proporcional no caso de empreendimentos conjuntos que sejam sujeitos passivos de IRC (art.º 18.º, n.º 8)	758	€	57.809,19
Ajustamentos não tributáveis decorrentes da aplicação do justo valor (art.º 18.º, n.º 9)	759	€	
Pagamentos com base em ações (art.º 18.º, n.º 11)	760	€	
Pagamento ou colocação à disposição dos beneficiários de benefícios de cessação de emprego, benefícios de reforma e outros benefícios pós emprego ou a longo prazo dos empregados (art.º 18.º, n.º 12)	761	€	
Reversão de perdas por imparidade tributadas (art.ºs 28.º, n.º 3 e 28.º -A, n.º 3)	762	€	
Depreciações e amortizações tributadas em períodos de tributação anteriores (art.º 20.º do DR 25/2009, de 14/9)	763	€	
Perdas por imparidade tributadas em períodos de tributação anteriores (art.ºs 28.º, 28.º -A, n.º 1 e 31.º -B, n.º7)	781	€	
Reversão de provisões tributadas (art.ºs 19.º, n.º 4 e 39.º, n.º 4)	764	€	
Restituição de Impostos não dedutíveis e excesso da estimativa para impostos	765	€	
Impostos diferidos [art.º 23.º -A, n.º 1, al. a)]	766	€	2.261,91
Gasto fiscal relativo a ativos intangíveis, propriedades de investimento e ativos biológicos não consumíveis (art.º 45.º -A)	792	€	
Mais-valias contabilísticas	767	€	1.606,01
50% da menos-valia fiscal resultante de mudanças no modelo de valorização [art.º 46.º, n.º 5, al. b) e ex-art.º 45.º, n.º 3, parte final] e 50% da diferença negativa entre as mais e as menos-valias fiscais de partes de capital ou outras componentes do capital próprio (ex-art. 45.º, n.º 3, 1.ª parte)	768	€	
Diferença negativa entre as mais-valias e as menos-valias fiscais (art.º 46.º)	769	€	
Correções relativas a instrumentos financeiros derivados (art.º 49.º)	770	€	

50% dos rendimentos de patentes e outros direitos de propriedade industrial (art.º 50.º -A)	793	€	
Eliminação da dupla tributação económica de lucros e reservas distribuídos (art.º 51.º e 51.º -D)	771	€	
Lucros de estabelecimentos estáveis situados fora do território português (art.º 54.º -A)	794	€	
Correção pelo adquirente do imóvel quando adota o valor patrimonial tributário definitivo para a determinação do resultado tributável na respetiva transmissão [art.º 64.º, n.º 3, al. b)]	772	€	
Reporte dos gastos de financiamento líquidos de períodos de tributação anteriores (art.º 67.º)	795	€	
Correções resultantes da opção pelo regime especial aplicável às fusões, cisões, entradas de ativos e permutas da partes sociais (art.ºs 74.º, 76.º e 77.º)	773	€	
Transferência de residência, afetação de elementos patrimoniais a estabelecimento estável situado fora do território português, cessação da atividade ou transferência de elementos patrimoniais de estabelecimento estável situado em território português: saldo negativo referente aos elementos patrimoniais transferidos para fora do território português ou afetos a estabelecimento estável aí situado (art.ºs 83.º, 84.º e 54.º -A, n.º 11)	796	€	
Benefícios Fiscais	774	€	
Outras deduções	775	€	
Perdas por imparidade em créditos e benefícios pós-emprego ou a longo prazo de empregados (art.º 4.º da Lei n.º 61/2014, de 26 de agosto)	798	€	
SOMA (campos 754 a 775 + 798)	776	€	61.677,11
PREJUÍZO PARA EFEITOS FISCAIS (Se 776 > 753)	777	€	14.420,21
LUCRO TRIBUTÁVEL (Se 753 >= 776) (A transportar para o quadro 09)	778	€	

08 Regimes de taxa			
08.1	Regimes de redução de taxa	Assinalar com X	Taxas de tributação
	Estabelecimentos de ensino particular (ex-art.º 56.º do EBF)	242 <input type="checkbox"/>	20%
	Benefícios relativos à interioridade (art.º 41.º-B e ex-art.º 43.º do EBF)	245 <input checked="" type="checkbox"/>	12,5% / 21%
	Antigo Estatuto Fiscal Cooperativo (art.º 7.º, n.º 3 da Lei nº 85/98, de 16/12)	248 <input type="checkbox"/>	20%
	Entidades licenciadas na Zona Franca da Madeira (ex-art.º 35.º do EBF)	260 <input type="checkbox"/>	3%
	Entidades licenciadas na Zona Franca da Madeira (art.ºs 36.º e 36.º-A do EBF)	265 <input type="checkbox"/>	5%
		247 <input type="checkbox"/>	
08.2	Regime geral	Assinalar com X	Taxas de tributação
	Região Autónoma dos Açores (Dec. Leg. Regional n.º 2/1999/A, de 20/1)	246 <input type="checkbox"/>	13,6% / 16,8%
	Região Autónoma da Madeira (Dec. Leg. Regional n.º 2/2001/M, de 20/2)	249 <input type="checkbox"/>	17% / 21%
	Rendimentos prediais de entidades não residentes sem estabelecimento estável (art.º 87.º, n.º 4)	262 <input type="checkbox"/>	25%
	Mais-valias imobiliárias/Incrementos patrimoniais obtidos por entidades não residentes sem estabelecimento estável (art.º 87.º, n.º 4)	263 <input type="checkbox"/>	25%
	Mais-valias mobiliárias obtidas por entidades não residentes sem estabelecimento estável (art.º 87.º, n.º 4)	266 <input type="checkbox"/>	25%
	Rendimentos decorrentes da alienação de unidades de participação em FII e de participações sociais em SII, auferidos por entidades não residentes sem estabelecimento estável (art.º 22.º-A, n.º1, al. c) do EBF)	267 <input type="checkbox"/>	10%
	Outros rendimentos obtidos por entidades não residentes sem estabelecimento estável	264 <input type="checkbox"/>	

09 Apuramento da matéria coletável				
(transporte de Q. 07)	Regime geral	Com redução de taxa	Com isenção	Regime simplificado (em vigor até 2010)
1. PREJUÍZO FISCAL	301 €	312 € 14.420,21	323 €	
2. LUCRO TRIBUTÁVEL	302 €	313 €	324 €	400 €
Regime especial dos grupos de sociedades				
Soma algébrica dos resultados fiscais				380 €
Lucros distribuídos (ex-art.º 70.º, n.º 2)				381 €
Gastos de financiamento líquidos (opção prevista no art.º 67.º, n.º 5)				395 €
Resultados internos eliminados ao abrigo do anterior RTLC, a incluir no lucro tributável do período				376 €
Resultado fiscal do grupo				382 €
396 Prejuízos individuais deduzidos, verificados em períodos anteriores ao início da aplicação do regime:				
Prejuízos NIF				
398 Quotas-partes dos prejuízos fiscais deduzidas em caso de aquisição de grupos de sociedades (art.º 71.º, n.ºs 4 e 5)				
Prejuízos NIF				
Prejuízos fiscais dedutíveis	303 €	314 €	325 €	401 €
Prejuízos fiscais autorizados/transmitidos (art.º 75.º, n.ºs 1 e 3)	383 €	386 €	389 €	392 €
Prejuízos fiscais autorizados/transmitidos [art.º 15.º, n.º 1, al. c) e art.º 75, n.º 5]	384 €	387 €	390 €	393 €
Prejuízos fiscais não dedutíveis (art.º 52.º, n.º 8)	385 €	388 €	391 €	394 €
3. DEDUÇÕES				
Prejuízos fiscais deduzidos	309 €	320 €	331 €	407 €
Discriminação dos prejuízos fiscais deduzidos, por período de apuramento e montante				
Regime Geral				
309.1 - Período 309.2 - Montante				
Com redução de taxa				
320.1 - Período 320.2 - Montante				
Com isenção				
331.1 - Período 331.2 - Montante				
Benefícios fiscais	310	321	332	408

	€		€		€		€
4. MATÉRIA COLETÁVEL (2-3)	311	€	322	€	333	€	409 € 0,00
ZFM - Matéria coletável que excede os plafonds máximos (art.ºs 36.º, n.º 3 e 36.º-A, n.º 4 do EBF)	336	€					
COLETIVIDADES DESPORTIVAS - Dedução das importâncias investidas até 50% da matéria coletável (art.º 54, n.º 2 do EBF)	399	€					
Existindo prejuízos fiscais autorizados/transmitidos, indique:							
Total do valor utilizado no período (397-A + 397-B)							397 € 0,00
397-A	Valor utilizado no período [art.º 15.º, n.º 1 al. c) e art.º 75.º, n.º 5]						
Valor utilizado no período							NIF
397-B	Valor utilizado no período (art.º 75.º, n.ºs 1 e 3)						
Valor utilizado no período							NIF
MATÉRIA COLETÁVEL NÃO ISENTA [(311 - 399) + 322 + 336] ou 409 ou campo 42 do anexo E							346 € 0,00

10	Cálculo do Imposto						
Imposto à taxa normal (art.º 87.º, n.º 2, 1.ºs € 15.000,00 de matéria colétavel das PME) (c. 311 do q.09 da m22 ou c.42 do anexo E) x 17%							347-A €
Imposto à taxa normal (art.º 87.º, n.º 1) (c. 311 do q.09 da m22 ou c. 42 do anexo E) x 21%							347-B €
Imposto a outras taxas 348 12,5 %							349 €
Imposto imputável à Região Autónoma dos Açores							350 €
Imposto imputável à Região Autónoma da Madeira							370 €
COLETA (347-A + 347-B + 349 + 350 + 370)							351 € 0,00
Derrama estadual (art.º 87.º - A)							373 €
COLETA TOTAL (351 +373)							378 € 0,00
Deduções:							
Dupla tributação jurídica internacional (DTJI - art.º 91.º)							353 €
Dupla tributação económica internacional (art.º 91.º -A)							375 €
Benefícios fiscais							355 €
Adicional ao Imposto Municipal sobre imóveis (art.º 135.º-J do CIMI)							470 €
Pagamento especial por conta (art.º 93.º)							356 €
TOTAL DAS DEDUÇÕES (353 + 375 + 355 + 356 + 470) <= 378							357 € 0,00
TOTAL DO IRC LIQUIDADO (378 - 357) >= 0							358 € 0,00
Resultado da liquidação (art.º 92.º)							371 €
Retenções na fonte							359 € 225,00
Pagamentos por conta (art.º 105.º) e Pagamento por conta autónomo (Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, art.º 136.º, n.º 2)							360 €
Pagamentos adicionais por conta (art.º 105.º - A)							374 €
IRC A PAGAR (358 + 371 - 359 - 360 - 374) > 0							361 € 0,00
IRC A RECUPERAR (358 + 371 - 359 - 360 - 374) < 0							362 € 225,00
IRC de períodos anteriores							363 €
Reposição de benefícios fiscais							372 €
Derrama municipal							364 €
Dupla tributação jurídica internacional (art.º 91.º) - Países com CDT e quando DTJI > 378							379 €
Tributações autónomas							365 € 1.301,69
Juros compensatórios							366 €
Juros de mora							369 €
TOTAL A PAGAR [361 ou (-362) + 363 + 372 + 364 - 379 + 365 + 366 + 369] > 0							367 € 1.076,69
TOTAL A RECUPERAR [(-362) + 363 + 372 + 364 - 379 + 365 + 366 + 369] < 0							368 € 0,00
10-A Juros compensatórios							
Discriminação do valor indicado no campo 366 do quadro 10:							
Juros compensatórios declarados por atraso na entrega da declaração							366-A €
Juros compensatórios declarados por outros motivos							366-B €
10-B Transferência de residência/cessação da atividade de estabelecimento estável/afetação de elementos patrimoniais (art.ºs 83.º, 84.º e 54.º -A, n.º 11)							
Modalidade de pagamento do imposto correspondente (art.º 83.º, n.º 2)							
1	imediato [al. a)]						
2	diferido [al. b)]						
3	fracionado [al. c)]						
IRC + Derrama estadual							Derrama municipal
Valor do pagamento diferido ou fracionado							377-A € 377-B €
Total dos pagamentos diferidos ou fracionados (377-A + 377-B)							377 €
TOTAL A PAGAR (367 -377) > 0							430 €

TOTAL A RECUPERAR [367 ou (- 368) - 377] < 0		431 €
--	--	-------

11	Outras informações	
Total de rendimentos do período		410 € 299.172,56
Volume de negócios do período		411 € 234.658,36
Diferença positiva entre o valor considerado para efeitos de liquidação do IMT e o valor constante do contrato, nos casos em que houve recurso ao procedimento previsto no art.º 139.º		416 €
Data em que ocorreu a transmissão das partes sociais (art.º 51.º, n.º 9 e art.º 88.º, n.º 11)		418
Tratando-se de microentidade, indique se, em alternativa às normas contabilísticas para microentidades (NC-ME), opta pela aplicação das normas contabilísticas e de relato financeiro para as pequenas entidades (NCRF-PE) ou das normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF) [art.º 9.º-D do DL n.º 158/2009, de 13 de julho]		Sim? 423 <input type="checkbox"/>
Ocorreu no período de tributação uma operação de fusão com eficácia retroativa (n.º 11 do art.º 8.º) da qual é sociedade beneficiária?		Sim? 429 <input type="checkbox"/>

11-A	Ativos por impostos diferidos (AID) - Lei n.º 61/2014, de 26 de agosto	
Discriminação dos AID inscritos nas demonstrações financeiras a que respeita a Mod. 22:		
AID de perdas por imparidade em créditos		460 €
AID de benefícios pós-emprego ou a longo prazo de empregados		461 €
Outros AID		462 €
Informação adicional:		
Capital próprio		463 €
Crédito Tributário		464 €
Data da entrada em liquidação		465

12	Retenções na fonte	
N.º de identificação fiscal (NIF)		Retenção na fonte
508013313		€ 225,00

13	Tributações autónomas	
Despesas de representação (art.º 88.º, n.º7)		414 € 490,00
Encargos efetuados ou suportados com ajudas de custo e de compensação pela deslocação em viatura própria do trabalhador (art.º 88.º, n.º 9)		415 € 1.180,98
Lucros distribuídos por entidades sujeitas a IRC a sujeitos passivos que beneficiem de isenção total ou parcial (art.º 88.º, n.º 11)		417 €
Encargos com viaturas (antiga redação do art.º 88, n.º 3) (regime em vigor até 31/12/2013)		420 €
Encargos com viaturas (ex-art.º 88.º, n.º4) (regime em vigor até 31/12/2013)		421 €
Indemnizações por cessação de funções de gestor, administrador ou gerente [art.º 88.º, n.º 13, al. a)]		422 €
Gastos ou encargos relativos a bónus e outras remunerações variáveis pagas a gestores, administradores ou gerentes [art.º 88.º, n.º 13, al. b)]		424 €
Encargos não dedutíveis nos termos da al. h) do n.º 1 do artigo 23.º-A suportados pelos sujeitos passivos que apresentem prejuízo fiscal (art.º 88.º, n.º 9) (regime em vigor até 31/12/2016)		425 €
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros e de mercadorias - Se CA < € 25.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. a)]		426 €
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros e de mercadorias - Se CA >= € 25.000,00 e < € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. b)]		427 €
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros e de mercadorias - Se CA >= € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. c)]		428 €
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros híbridas plug-in - Se CA < € 25.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. a) e n.º 17]		432 €
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros híbridas plug-in - Se CA >= € 25.000,00 e < € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. b) e n.º 17]		433 € 5.102,35
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros híbridas plug-in - Se CA >= € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. c) e n.º 17]		434 €
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros movidas a GPL ou GNV - Se CA < € 25.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. a) e n.º 18]		435 €
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros movidas a GPL ou GNV - Se CA >= € 25.000,00 e < € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. b) e n.º 18]		436 €
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros movidas a GPL ou GNV - Se CA >= € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. c) e n.º 18]		437 €
Despesas não documentadas [art.º 88, n.º 1] (Regime Simplificado ou OIC abrangidos pelo art.º 22, n.º 8 do EBF)		438 €
Importâncias pagas ou devidas a entidades não residentes sujeitas a um regime fiscal privilegiado [art.º 88.º, n.ºs 1 e 8] (Regime Simplificado ou OIC abrangidos pelo art.º 22.º, n.º 8 do EBF)		439 €

13-A	Tributações autónomas - Zona Franca da Madeira (art.º 36.º-A, n.º 14 do EBF)	
Despesas de representação (art.º 88.º, n.º7)		440 €
Encargos efetuados ou suportados com ajudas de custo e de compensação pela deslocação em viatura própria do trabalhador (art.º 88.º, n.º 9)		441 €
Lucros distribuídos por entidades sujeitas a IRC a sujeitos passivos que beneficiem de isenção total ou parcial (art.º 88.º, n.º 11)		442 €
Indemnizações por cessação de funções de gestor, administrador ou gerente [art.º 88.º, n.º 13, al. a)]		443 €
Gastos ou encargos relativos a bónus e outras remunerações variáveis pagas a gestores, administradores ou gerentes [art.º 88.º, n.º 13, al. b)]		444 €
Encargos não dedutíveis nos termos da al. h) do n.º 1 do artigo 23.º-A suportados pelos sujeitos passivos que apresentem prejuízo fiscal (art.º 88.º, n.º 9) (regime em vigor até 31/12/2016)		445 €
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros e de mercadorias - Se CA < € 25.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. a)]		446 €
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros e de mercadorias - Se CA >= € 25.000,00 e < € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. b)]		447 €
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros e de mercadorias - Se CA >= € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. c)]		448 €
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros híbridas plug-in - Se CA < € 25.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. a) e n.º 17]		449 €
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros híbridas plug-in - Se CA >= € 25.000,00 e < € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. b) e n.º 17]		450 €
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros híbridas plug-in - Se CA >= € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. c) e n.º 17]		451 €
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros movidas a GPL ou GNV - Se CA < € 25.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. a) e n.º 18]		452 €
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros movidas a GPL ou GNV - Se CA >= € 25.000,00 e < € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. b) e n.º 18]		453 €

Encargos com viaturas ligeiras de passageiros movidas a GPL ou GNV - Se CA >= € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. c) e n.º 18]

454 €

14

Crédito de imposto por dupla tributação jurídica internacional (CIDTJI)

1 - Código do País	2 - Tipo de rendimentos	3 - Saldo não deduzido	Apuramento no período			7 - Dedução efetuada no período	8 - Saldo que transita			
			4 - Imposto pago no estrangeiro [art.º 91.º, n.º1, al. a)]	5 - Fração do imposto relativa a rendimentos obtidos no estrangeiro [art.º 91.º, n.º 1, al. b)]	6 - Crédito de imposto do período					
TOTAL do CIDTJI com CDT			Saldo não deduzido	Crédito de imposto do período	Dedução efetuada no período	Saldo que transita				
			€	€	€	€				
TOTAL do CIDTJI sem CDT			€	€	€	€				
TOTAL do CIDTJI			€	€	€	€				

Anexo D

03 Rendimentos Isentos

031 Isenção definitiva

Rendimentos Isentos

Pessoas coletivas de utilidade pública de solidariedade social (art.º 10.º do CIRC)

Atividades culturais, recreativas e desportivas (art.º 11.º do CIRC e art.º 54.º, n.º 1 do EBF)

Cooperativas (art.º 66.º-A do EBF)

Empreiteiros ou arrematantes, relativamente aos lucros derivados de obras e trabalhos das infraestruturas comuns NATO (art.º 14, n.º 2 do CIRC)

Fundos de pensões e equiparáveis (art.º 16.º, n.º 1 do EBF) e outros fundos isentos definitivamente

Entidade central de armazenagem: resultados líquidos do período contabilizados na gestão de reservas estratégicas de petróleo (art.º 25.º-A do Decreto-Lei n.º 165/2013, de 16 de dezembro)

Outras isenções definitivas

031-A Campo 314 - Fundos de pensões e equiparáveis (art.º 16.º, n.º 1 do EBF) e outros fundos isentos definitivamente

Código do benefício

Montante

031-B Campo 304 - Outras isenções definitivas

Código do benefício

Montante

032 Isenção temporária

Rendimentos Isentos

Zona Franca da Madeira e da Ilha de Santa Maria (art.º 33.º, n.º 1 do EBF)

Comissões vitivinícolas regionais (art.º 52.º do EBF)

Entidades gestoras de sistemas integrados de gestão de fluxos específicos de resíduos (art.º 53.º do EBF)

Associações públicas, confederações, associações sindicais e patronais e associações de pais (art.º 55.º do EBF)

Sociedades ou associações científicas internacionais (ex-art.º 57.º do EBF)

Baldios e comunidades locais (art.º 59.º do EBF)

Medidas de apoio ao transporte rodoviário de passageiros e mercadorias [mais-valias isentas (art.º 70.º do EBF)]

Fundos de poupança em ações (art.º 26.º do EBF) e outros fundos isentos temporariamente

Outras isenções temporárias

032-A Campo 315 - Fundos de poupança em ações (art.º 26.º do EBF) e outros fundos isentos temporariamente

Código do benefício

Montante

032-B Campo 312 - Outras isenções temporárias

Código do benefício

Montante

04 Deduções ao rendimento (a deduzir no campo 774 no quadro 07 da declaração)

Normativo legal		Deduções
Majoração à criação de emprego (art.º 19.º do EBF)		401 €
Fundos de investimento [art.º 22.º, n.º 14, al. b) do EBF]		402 €
Eliminação da dupla tributação económica dos lucros distribuídos por sociedades residentes nos PALOP e Timor-Leste (ex-art.º 42.º do EBF)		403 €
Majorações aplicadas aos benefícios fiscais à interioridade [ex-art.º 43.º, n.º1, al. c) e d) do EBF]		404 €
Empresas armadoras da marinha mercante nacional (art.º 51.º do EBF)		405 €
Majorações aplicadas aos donativos previstos nos artigos 62.º, 62.º-A e 62.º-B do EBF		406 €
Majoração de quotizações empresariais (art.º 44.º do CIRC)		407 €
Majoração aplicada aos gastos suportados com a aquisição, em território português, de combustíveis para abastecimento de veículos (art.º 70.º, n.º 4 do EBF)		408 €
Remuneração convencional do capital social (art.º 136.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31/12 e art.º 41.º-A do EBF)		409 €
Majoração dos gastos relativos a creches, lactários e jardins de infância (art.º 43.º, n.º 9 do CIRC)		412 €
Majoração das despesas realizadas por cooperativas em aplicação da reserva para a educação e formação (art.º 66.º-A, n.º 7 do EBF)		413 €
Lucros colocados à disposição e rendimentos de juros obtidos por sócios ou acionistas de sociedades licenciadas na ZFM (art.º 36.º-A, n.ºs 10 e 11, do EBF)		414 €
Majoração dos gastos suportados com a aquisição de eletricidade, GNV e GPL para abastecimento de veículos (art.º 59.º-A do EBF)		415 €
Majoração das despesas com sistemas de car-sharing e bike-sharing (art.º 59.º-B do EBF)		416 €
Majoração das despesas com frotas de velocípedes (art.º 59.º-C do EBF)		417 €
Majoração do gasto suportado por proprietários e produtores florestais aderentes a zona de intervenção florestal com contribuições financeiras destinadas ao fundo comum (art.º 59.º-D, n.º 12 do EBF)		418 €
Majoração das despesas com certificação biológica de exploração (art.º 59.º-E do EBF)		419 €
Outras deduções ao rendimento		410 €
Total das deduções (401 + ... + 410 + 412 + ... + 419)		411 €

04-A Campo 410 - Outras deduções ao rendimento

Código do benefício

Montante

041	Transmissão de benefícios fiscais da sociedade fundida ou cindida ou da sociedade contribuidora (art.º 75.º-A do CIRC)				
	Código do benefício	NIF soc. fundida, cindida ou contribuidora	Montante		

05	Soc. gestoras de participações sociais (SGPS), soc. de capital de risco (SCR) e investidores de capital de risco (ICR)				
Mais-valias não tributadas (ex-art.º 32.º, n.º 2 e ex-art.º 32.º-A, n.º 1 do EBF)					501 €
Menos-valias fiscais não dedutíveis (ex-art.º 32.º, n.º 2 e ex-art.º 32.º-A, n.º 1 do EBF)					502 €

06	Entidades Licenciadas na Zona Franca da Madeira				
Data do licenciamento					601
604 Código NACE Rev. 1 (art.º 36.º, n.º 6 do EBF)					
Código NACE Rev. 1 (art.º 36.º, n.º 6 do EBF)					
605 Código NACE Rev. 2 (art.º 36.º-A, n.º 7 do EBF)					
Código NACE Rev. 2 (art.º 36.º-A, n.º 7 do EBF)					
Número de postos de trabalho criados nos primeiros seis meses de atividade e mantidos no período					602
Número de postos de trabalho:					
No início do período de tributação					606
No final do período de tributação					607
Investimento efetuado na aquisição de ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis, nos dois primeiros anos de atividade					603 €

06.1	Apuramento do limite máximo aplicável aos benefícios fiscais relativos ao período (a preencher no caso de aplicação do regime do art.º 36.º-A do EBF)				
Benefício correspondente à diferença:					
Taxa de IRC (artigo 36.º-A, n.º 1 do EBF)					608 €
Derrama regional (artigo 36.º-A, n.º 12 do EBF)					609 €
Derrama municipal (artigo 36.º-A, n.º 12 do EBF)					610 €
Taxas de tributações autónomas (artigo 36.º-A, n.º 14 do EBF)					611 €
Dedução de 50% da coleta do IRC (artigo 36.º-A, n.º 6 do EBF)					612 €
Outros benefícios previstos (artigo 36.º-A, n.º 12 do EBF)					613 €
TOTAL DOS BENEFÍCIOS FISCAIS (608 + 609 + 610 + 611 + 612 + 613)					614 €
Valor acrescentado bruto no período e na Zona Franca da Madeira x 20,1% [art.º 36.º-A, n.º 3, a) do EBF]					615 €
Custos anuais de mão-de-obra incorridos na Zona Franca da Madeira x 30,1% [art.º 36.º-A, n.º 3, b) do EBF]					616 €
Volume de negócios do período na Zona Franca da Madeira x 15,1% [art.º 36.º-A, n.º 3, c) do EBF]					617 €
Excesso a regularizar (art.º 36.º-A, n.º 3 do EBF) (a transportar para o campo 372 do quadro 10 da declaração)					618 €

07	Deduções à coleta (a deduzir no campo 355 do quadro 10 da declaração)								
071	Benefícios fiscais contratuais ao investimento (ex-art.º 41.º, n.º 1 do EBF, art.ºs 15.º a 21.º do CFI (revogado) e art.ºs 2.º a 21.º do CFI aprovado pelo Dec.-Lei n.º 162/2014, e art.ºs 2.º a 21.º do CFI na RAM aprovado pelo Dec. Leg. Regional n.º 24/2016/M, de 28/06)								
Diploma	701-Saldo não deduzido no período anterior	702-Dotação do período	703-Dedução do período	704-Saldo que transita para período(s) seguinte(s)					
	Saldo não deduzido no período anterior	Dotação do período	Dedução do período	Saldo que transita para período(s) seguinte(s)					
Total	€ 0,00	€ 0,00	€ 0,00	€ 0,00					
072	Projetos de investimento à internacionalização (ex-art.º 41.º, n.º 4 do EBF e art.º 22.º do CFI revogado pela Lei n.º 83-C/2013, de 31/12)								
Saldo não deduzido no período anterior	Dotação do período	Dedução do período	Saldo que transita para período(s) seguinte(s)						
705 €	706 €	707 €	708 € 0,00						
073	SIFIDE - Sistema de incentivos fiscais em investigação e desenvolvimento empresarial (Lei n.º 40/2005, de 3/8) e SIFIDE II (art.º 133.º da Lei 55-A/2010, de 31/12, art.ºs 33.º a 40.º do CFI (revogado) e art.ºs 35.º a 42.º do CFI aprovado pelo Dec.-Lei n.º 162/2014, de 31/10 e art.ºs 35.º a 42.º do CFI na RAM aprovado pelo Dec. Leg. Regional n.º 24/2016/M, de 28/06)								
Diploma	709-Saldo não deduzido no período anterior	710-Dotação do período	711-Dedução do período	712-Saldo que transita para período(s) seguinte(s)					
	Saldo não deduzido no período anterior	Dotação do período	Dedução do período	Saldo que transita para período(s) seguinte(s)					
Total	€ 0,00	€ 0,00	€ 0,00	€ 0,00					
074	Regime fiscal de apoio ao investimento (Lei n.º 10/2009, de 10/3 (sucessivamente prorrogada), art.ºs 26º a 32º do CFI (revogado) e art.ºs 22.º a 26.º do CFI aprovado pelo Dec.-Lei n.º 162/2014, de 31/10) e art.ºs 22.º a 26.º do CFI na RAM aprovado pelo Dec. Leg. Regional n.º 24/2016/M, de 28/06)								
Diploma	713-Saldo não deduzido no período anterior	714-Dotação do período	715-Dedução do período	716-Saldo que transita para período(s) seguinte(s)					
742	€	22.358,81	€	22.358,81					
	Saldo não deduzido no período anterior	Dotação do período	Dedução do período	Saldo que transita para período(s) seguinte(s)					
Total	€ 0,00	€ 22.358,81	€ 0,00	€ 22.358,81					
076	Crédito fiscal extraordinário ao investimento (Lei n.º 49/2013, de 16/07)								
Saldo não deduzido no período anterior	Dotação do período	Dedução do período	Saldo que transita para período(s) seguinte(s)						
722 €	723 €	724 €	725 € 0,00						
079	IFPC - Incentivo fiscal à produção cinematográfica (Artigo 59.º-F do EBF e Portaria n.º 89.º-A/2017, de 19 de abril)								
790-Nº de identificação da obra	791-Data de início da obra	792-Data de conclusão da obra	793-Saldo não deduzido no período anterior	794-Valor do incentivo no período	795-Dedução do período	796-Saldo que transita para período(s) seguinte(s)	797-Valor a reembolsar	798-Valor a repôr (a transportar para o C.372 do Q.10 da M.22)	
			Saldo não deduzido no período anterior	Valor do incentivo no período	Dedução do período	Saldo que transita para período(s) seguinte(s)	Valor a reembolsar		V transp. de
Total			€ 0,00	€ 0,00	€ 0,00	€ 0,00	€ 0,00	€ 0,00	€

075		Outras deduções à coleta									
Normativo legal										Dedução efetuada	
Incentivos fiscais aos lucros reinvestidos na Região Autónoma da Madeira (Dec. Leg. Regional n.º 2/2009/M, de 22/1)										717	€
Incentivos fiscais aos lucros reinvestidos na Região Autónoma dos Açores (art.º 6.º do Dec. Leg. Regional n.º 2/99/A, de 20/1)										726	€
Entidades licenciadas na Zona Franca da Madeira (art.ºs 35.º, n.º 6 e 36º, n.ºs 36.º-A, n.º6 do EBF)										718	€
Sociedades de capital de risco e investidores de capital de risco (art.º 32.º-A, n.º 4 do EBF)										719	€
Dedução por lucros retidos e reinvestidos pelas PME (art.os 27.º a 34.º do CFI) aprovado pelo Dec.-Lei n.º 162/2014, de 31/10 e art.ºs 27.º a 34.º do CFI na RAM aprovado pelo Dec. Leg. Regional n.º 24/2016/M, de 28/06)										727	€
Dedução de 50% à coleta pelas entidades licenciadas para operar na Zona Franca Industrial da Madeira (art.º 36.º-A, n.º 6 do EBF)										728	€
										720	€
TOTAL DAS DEDUÇÕES (703 + 707 + 711 + 715 + 724 + 795 + 717 + 726 + 718 + 719 + 727 + 728 + 720)										721	€ 0,00

077		Transmissão de benefícios fiscais da sociedade fundida ou cindida ou da sociedade contribuidora (Art.º 75.º-A do CIRC)									
Código do benefício	NIF soc. fundida, cindida ou contribuidora			Saldo não deduzido no período anterior	Dotação do período		Dedução do período				

078		Incentivos sujeitos às taxas máximas de auxílios regionais (CFI aprovado pelo Decreto-Lei n.º 162/2014, de 31 de outubro) (Para períodos de tributação de 2015 e 20									
746-Código do benefício	735-Região elegível (art.º 43.º do CFI)	736-Código CAE da atividade a que se destina o investimento (art.º 2.º da Port. n.º 282/2014, de 31/12)				737-Montante das aplicações relevantes (art.ºs 11.º, 22.º e 30.º do CFI)		Incentivos Fiscais		740-Não Fiscais	741-Total
								738-IRC	739-IMI, IMT e SELO		
Indique se se qualifica como microentidade nos termos previstos no Anexo ao Decreto-Lei n.º 372/2007, de 6 de novembro											

078-A		Incentivos sujeitos às taxas máximas de auxílios regionais (CFI aprovado pelo Decreto-Lei n.º 162/2014, de 31 de outubro) (Para os períodos de tributação de 2017 e seguintes)									
-------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

078-A1		Informação relativa a projetos de investimento de âmbito regional									
N.º de linha	Projeto de investimento/incentivo					Aplicações relevantes previstas					
	750-Tipo	751-N.º projeto/Código do incentivo	752-Data de início do investimento	753-Data de fim do investimento	754-Tipologia de investimento	755-Identificação oficial do incentivo financeiro	756-Região elegível	757-Código CAE	758-Montante total	759-Montante total atualizado	

078-A2		Incentivos financeiros usufruídos e fiscais utilizados - valores do período de tributação									
760-N.º de linha em Q078-A1	Aplicações relevantes realizadas		Financeiro		IRC		IMI		IMT	SELO	771-Montante total atualizado dos benefícios usufruídos/utilizados
	761-Montante	762-Montante atualizado	763-Montante usufruído	764-Montante usufruído atualizado	765-Montante utilizado	766-Montante atualizado	767-Montante utilizado	768-Montante atualizado	769-Montante utilizado	770-Montante utilizado	

078-A3		Incentivos financeiros usufruídos e fiscais utilizados - valores atualizados acumulados									
772-N.º de linha em Q078-A1	Aplicações relevantes realizadas	Financeiro	IRC	IMI	IMT	SELO	779-Montante total atualizado dos benefícios usufruídos/atualizados	780-Intensidade de auxílio acumulada (em %)	781-Montante a inscrever no campo 372 do Q.10 da M.22		
	773-Montante acumulado atualizado	774-Montante usufruído atualizado	775-Montante atualizado	776-Montante atualizado	777-Montante utilizado	778-Montante utilizado					

08	Donativos (art.ºs 62.º, 62.º-A e 62.º-B do EBF)									
Tipo donativo NIF da entidade donatária Valor donativo										

09	Incentivos Fiscais sujeitos à regra de mínimos										
Total dos Incentivos de anos anteriores (de natureza fiscal e não fiscal)											
N-2			901	€							
N-1			902	€							
Incentivos do ano											
Incentivo de natureza não fiscal										903	€
Incentivos de natureza fiscal											
Remuneração convencional do capital social (Lei n.º 55-A/2010, de 31/12 e art.º 41.º-A do EBF) x taxa do IRC										904-A	€
Redução da taxa do IRC aplicável às PME, aos primeiros € 15.000,00 de matéria coletável (art.º 87.º, n.º 2 do CIRC)										904-B	€
Redução de taxa - benefícios à interioridade (ex-art.º 43.º e art.º 41.º-B do EBF)										904-C	€
Despesas com projeto de investimento produtivo (art.º 18.º, n.º1, al. b) e n.º5 do CFI, revogado pelo Dec-Lei n.º 162/2014, de 31/10) x taxa do IRC										904-D	€
Total dos incentivos do ano de natureza fiscal (904-A + 904-B + 904-C + 904-D)										904	€
Total dos incentivos do triénio (901 + 902 + 903 + 904)										905	€
IRC a regularizar (a indicar no campo 372 do quadro 10 da declaração)										906	€
Identificação das empresas associadas (conceito de empresa única para efeitos do limite de mínimos)											
907 - NIF											

10	Incentivos Fiscais à interioridade ligados ao investimento sujeitos às taxas máximas de auxílios regionais (ex-art.º 43.º do EBF) - a indicar no campo 372 do Q.10 da declaração										
Investimentos elegíveis						Tangível		Intangível			
						1001	€	1002	€	1003	€
Auxílios ao investimento											
Redução dos encargos com a segurança social x (1 - taxa do IRC)										1004	€
Majoração das depreciações						Majoração		Taxa do IRC		Val	
						1005	€	1006	%	1007	€
Majoração dos encargos com a segurança social						Majoração		Taxa do IRC		Val	
						1008	€	1009	%	1010	€
Majoração do crédito fiscal ao investimento											

				1011	€
Outros				1012	€
TOTAL DOS AUXÍLIOS (1004 + 1007 + 1010+ 1011+ 1012)				1013	€
Taxa de auxílio				1014	
Taxa máxima legal aplicável				1015	
EXCESSO A REGULARIZAR (a transportar para o campo 372 do quadro 10 da declaração)				1016	€

11	Deduções à Matéria Coletável (a deduzir no campo 399 do quadro 09 da declaração)			
111	Coletividades desportivas (art.º 54, n.º 2 do EBF)			
Saldo não deduzido no período anterior	Dotação do período	Dedução do período	Saldo que transita para período(s) seguinte(s)	
1111 €	1112 €	1113 €	1114 €	

11-A	Informação adicional relativa ao regime aplicável às entidades licenciadas na ZFM e aos auxílios de estado com finalidade regional
Caso tenha empresa(s) parceira(s) ou associada(s) tal como definida(s) nos n.ºs 2 e 3 do artigo 3.º do Anexo ao Decreto-Lei n.º 372/2007, de 6 de novembro, indique o(s) respetivo(s) NIF	Caso tenha empresa(s) parceira(s) ou associada(s) tal como definida(s) nos n.ºs 2 e 3 do artigo 3.º do Anexo ao Decreto-Lei n.º 372/2007, de 6 de novembro, indique o(s) respetivo(s) NIF
3 - NIF	